



ESPIRITO SANTO

Deputado quer obrigar bancos a ter vigilância armada 24 horas no ES



Está tramitando na Assembleia Legislativa projeto que obriga as instituições financeiras a contratarem vigilância armada para atuar 24 horas em suas dependências, inclusive nos finais de semana e feriados, no Espírito Santo. O Projeto de Lei (PL) 481/2019 é de iniciativa do Capitão Assumção (PSL).

De acordo com a proposta, os agentes contratados deverão permanecer no interior da agência bancária, em local em que possam se proteger durante a jornada de trabalho. O vigilante disporá de dispositivo digital para acionar rapidamente a polícia local. E as agências bancárias ficam obrigadas a instalar escudo de proteção ou cabine blindada para

o agente.

Se aprovada a lei, o descumprimento da medida, sujeitará ao infrator, na hipótese de reincidência, a multas que variam de R\$ 684,00 a R\$ 10,2 milhões. Em caso de reincidência, o valor será cobrado em dobro.

Assumção argumenta no projeto que os estabelecimentos bancários têm sido assaltados com uma frequência cada vez maior, especialmente à noite,

feriados e finais de semana, quando não há efetivo armado nas agências.

“Após o horário comercial, os caixas eletrônicos ficam sem qualquer proteção de agentes de segurança, deixando os clientes que lá entram vulneráveis a roubos e furtos”, afirmou.

A iniciativa será analisada nas comissões permanentes de Justiça, Cidadania, Segurança e Finanças, antes da votação em Plenário.

Cachoeiro

Em Cachoeiro, após onda de assaltos dentro de agências bancárias no mês de março destes anos, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil optaram por reduzir o horário de atendimento dos caixas eletrônicos.

As agências passaram a atender das 6h às 19h. Após este horário, o cliente, que quiser fazer saques, é obrigado a procurar caixas eletrônicos 24h, pagando uma taxa de utilização do terminal de quase R\$ 4,00.

Apesar da decisão ter sido tomada por medidas de proteção aos clientes, a falta deste serviço vem gerando insatisfação, principalmente, na agência do Banco do Brasil, que também não funciona aos fins de semana.

O que dizem os bancos

A Caixa informou, por meio de nota, que, por medida de segurança, o horário de funcionamento das salas de autoatendimento das Agências Cachoeiro de Itapemirim, Bernardo Horta e Trevo, precisou ser alterado.

Já o Banco do Brasil afirmou que a instituição acompanha as questões relativas à segurança pública junto às autoridades locais e avalia a possibilidade de alteração do horário de funcionamento.

Fonte: AquiNoticias

Vigilantes do processo da Security recebem o pagamento após ação judicial



Entrega do cheque na Subsede de Guarapari

Vitória da categoria!

Após o SINDSEG-GV/ES entrar com uma ação judicial coletiva em defesa dos trabalhadores vigilantes da Security (contrato com a Sedu), nesta semana iniciou a entrega do cheque para os beneficiários.

Quem ainda não compareceu ao sindicato procure a sede ou subsede do sindicato das 9h às 11h e 13h às 17h. Mais informações: (27) 3222-5940 / 3222-5341

MARATONA SINDICAL

SÁBADO 17 AGO 8H ÀS 14H

- Informações de Processos
- Troca de CNV;
- Carteirinha de Sócio;
- Trabalhadores beneficiados no Processo da Security/Sedu poderão retirar o cheque.
- Entrega de Porta Documento;
- Esclarecimento de dúvidas sobre a CCT e pagamento.

SINDSEG-GV/ES
Um novo sindicato para um novo tempo!
Tel. 27 - 3222-5940 / 3222-5341

Rio Verde/GO

Representantes dos profissionais da vigilância privada se reúnem com presidente do Senado



Na tarde da última quarta-feira (09/08), lideranças da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) se reuniram com Davi Alcolumbre, presidente do Senado, para discutir sobre a aposentadoria especial da categoria.

Foi entregue um documento formal, assinado pela CNTV e outros sindicatos, explicando e defendendo a manutenção de uma previdência específica para os trabalhadores da área.

Alcolumbre se comprometeu a analisar com atenção o pleito dos vigilantes.

Fonte: CSB

DISTRITO FEDERAL

Vigilantes que Fazem: Vigilantes do HRBZ



(da esquerda para direita): Vigilantes: Marta, Risomar, Jovenil, Sara, Claudiane, Izaías, Jorge, Neide, Everton e Supervisor Caldeira

Além do excelente serviço prestado na atividade, com grande impacto na sociedade em defesa da vida e do patrimônio, muitos vigilantes arregaçam as mangas para fazer um bem ainda maior. É o caso de um grupo de vigilantes que prestam serviço no Hospital Regional de Brazlândia (HRBZ).

Comovidos com a situação de alguns pacientes que chegam ao HRBZ com problemas

de saúde e também em situação de muita fome, eles se uniram e todos os meses compram cestas básicas para doar e dar um pouco de esperança a essas pessoas.

O Sindicato dos Vigilantes do Distrito Federal parabeniza os vigilantes e as vigilantes pelo amor ao próximo, pela solidariedade e pelos relevantes serviços prestados em sua atividade.

Fonte: SINDESV/DF

BBC & Seduc-PE: Secretaria Responde a Solicitação do Sindicato



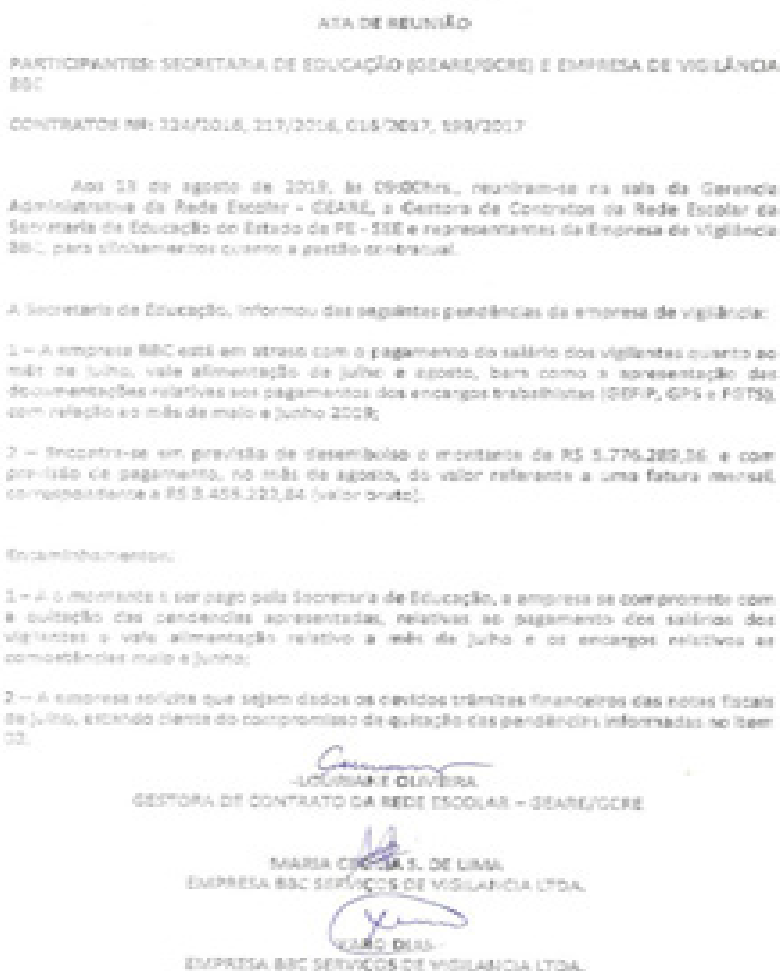
Após envio de Ofício em 08 de Agosto solicitando esclarecimentos quanto ao pagamento dos salários do mês de julho e vales alimentação do mês e agosto, a Secretaria de

Educação e Esportes do Estado de Pernambuco apresentou ao Sindicato nesta data (15) posicionamento quanto aos pagamentos em atraso.

A Sra. Louriane Oliveira, Gestora de Contratos destacou que:

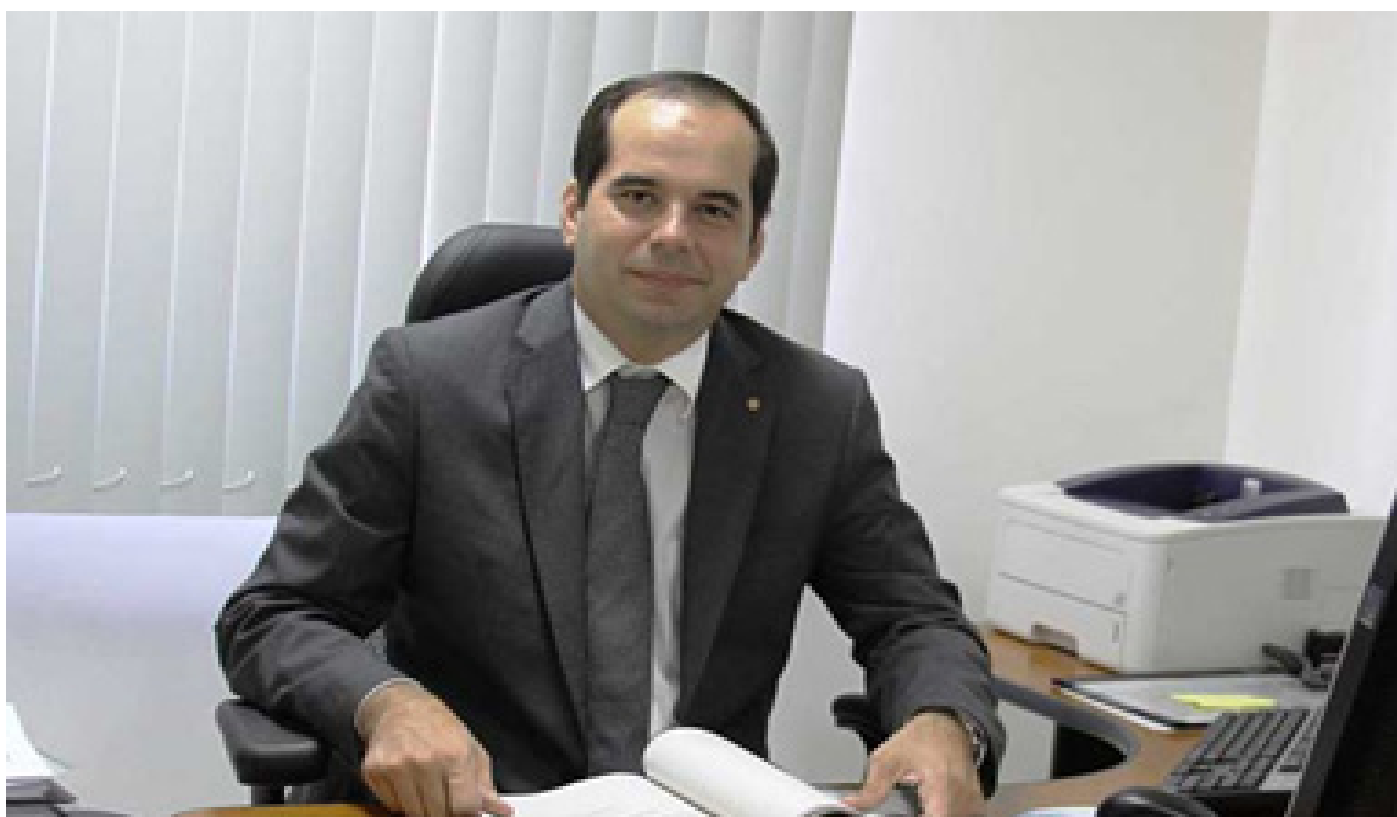
“(...) no dia 13.08 foi realizada reunião com a empresa BBC, conforme ata anexa, é que foi acordado que a regularização do pagamento dos salários e VA de julho após a liberação por parte da SEE. Informo que há a previsão de liberação no dia 16.08, no montante de R\$ 2.106.000,00.”

Confira a seguir a Ata da Reunião na íntegra:



Novo procurador-geral do Trabalho é crítico da terceirização irrestrita e da ‘reforma’ trabalhista

Ex-chefe do Ministério Público do Trabalho na Bahia, Alberto Balazeiro foi o primeiro colocado em lista tríplice



Eleito a partir de um lista tríplice, Balazeiro é procurador do Trabalho desde 2008, na Bahia

São Paulo – O baiano Alberto Bastos Balazeiro, 41 anos, será o novo procurador-geral do Trabalho. A nomeação foi publicada na edição desta sexta-feira (9) do Diário Oficial da União, na Portaria 68, da Procuradoria-Geral da República e do Ministério Público da União. Primeiro colocado da lista tríplice do Ministério Público do Trabalho, com 563 de um

total 744 votos, ele tomará posse no próximo dia 22, substituindo Ronaldo Curado Fleury, para um mandato de dois anos. Com o lema “restaurar a força do MPT”, Balazeiro apresenta-se como crítico da terceirização irrestrita e da “reforma” trabalhista.

Graduado em Direito em 2000 na Universidade Católica do Salvador e mestre pela Universidade

Católica de Brasília (título obtido com a tese Atuação do Ministério Público do Trabalho no Combate à Corrupção), ele é procurador do Trabalho desde 1º de setembro de 2008. Diretor adjunto da Escola Superior do MPU, Balazeiro foi por dois mandatos procurador-chefe do MPT na Bahia.

Em artigo publicado no jornal Folha de S.Paulo no último dia 2, o procurador, ao falar da reforma da legislação trabalhista, afirmou que o MPT “assentou posição institucional contrária ao texto aprovado, sinalizando graves riscos de redução de direitos e à própria tutela estatal desses direitos”. Mas observou que, enquanto “os novos empregos prometidos até então não se confirmaram”, as mudanças reforçaram o papel do próprio Ministério Público no sentido de “de preservação de direitos e equilíbrio das relações sociais no delicado mundo do trabalho”.

E os empregos?

Em outro artigo, publicado há um ano no Correio, da Bahia, Balazeiro e o professor Maurício Brito comentam julgamento no Supremo Tribunal Federal sobre terceirização em atividades-fins das empresas. “Por que os defensores da terceirização insistem tanto em ver julgadas as ações, mesmo após a nova legislação permitir a terceirização de atividade finalística? (...) O verdadeiro motivo é a suposta oposição entre a nova legislação e o primado do

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

trabalho previsto na Constituição Federal e até na legislação internacional. Deseja-se um salvo-conduto de constitucionalidade para legislação que patina em ser aplicada. Almeja-se possível segurança jurídica não alcançada com a reforma trabalhista, pois a lei não consegue modificar a natureza dos fatos: o círculo continua redondo”, afirmam.

Em seguida, os autores falam em prejuízo ao país com a terceirização “sem freios”. E novamente perguntam: “Onde estão os milhões de empregos que seriam gerados com a abertura da terceirização de atividades-fins? A porta para a corrupção que a terceirização sem limites abre no poder público é difícil de ser fechada, pela dimensão dos contratos e pelo subjetivismo da alocação da força de trabalho”.

Eles fazem ainda referência à “matemática misteriosa” de redução de custos da empresa contratante que seria proporcionado com a terceirização. “Abstraindo-se a nobreza do trabalho humano na comparação, seria algo como se exigir que uma fruta, por exemplo, ficasse mais barata ao passar pelo intermediário antes de chegar ao consumidor final. A fórmula, infelizmente, só faz sentido se o terceirizado tiver direitos suprimidos. É isso que se verifica na prática. E quem arca com esse custo é o trabalhador e, em segunda dimensão, toda a sociedade.”

Fonte: RBA

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF